rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

"O povo conquistará a verdadeira independência". **(Pedro Pomar)**

Uma publicação da **Célula Comunista de Trabalhadores (CCT)** e da **União Reconstrução Comunista (URC)** rumosdaluta@gmail.com **Número #06** **SETEMBRO/2021**

Os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que presenciarão o aniversário dos 200 anos da independência do Brasil em relação a Portugal, têm pouco a comemorar, pois nossa nação encontra-se em um dos piores períodos da sua história. O desemprego, o subemprego, a miséria social atingem dezenas de milhões de pessoas. A consequência se vê nas ruas, nas filas de desempregados, nas Cracolândias; mas também se esconde em diversos outros problemas, como aumento dos suicídios, sofrimento mental, entre outros.

A LUTA PELA SEGUNDA E DEFINITIVA INDEPENDÊNCIA DO NOSSO PAÍS

Por essas razões, que são atuais e históricas, é que foi organizada a campanha **Brasil: pela segunda e definitiva independência**. Buscar a compreensão mais profunda da nossa realidade, para agir de forma consequente, de maneira a enfrentar as reformas regressivas que estão ocorrendo, para vincular essa luta imediata com a luta para que as maiorias nacionais, ou seja, o proletariado e seus aliados, tenham uma vida digna em nosso país. Todo o trabalho realizado até aqui buscou combater as medidas antipovo dos governos recentes e contestar as versões oficiais sobre o processo que levou à proclamação da independência e da república no Brasil, buscando trazer à luz as ideias, os ideais, a contribuição e o combate daqueles que buscaram levantar, em épocas passadas, as aspirações e objetivos dos explorados da nossa terra.

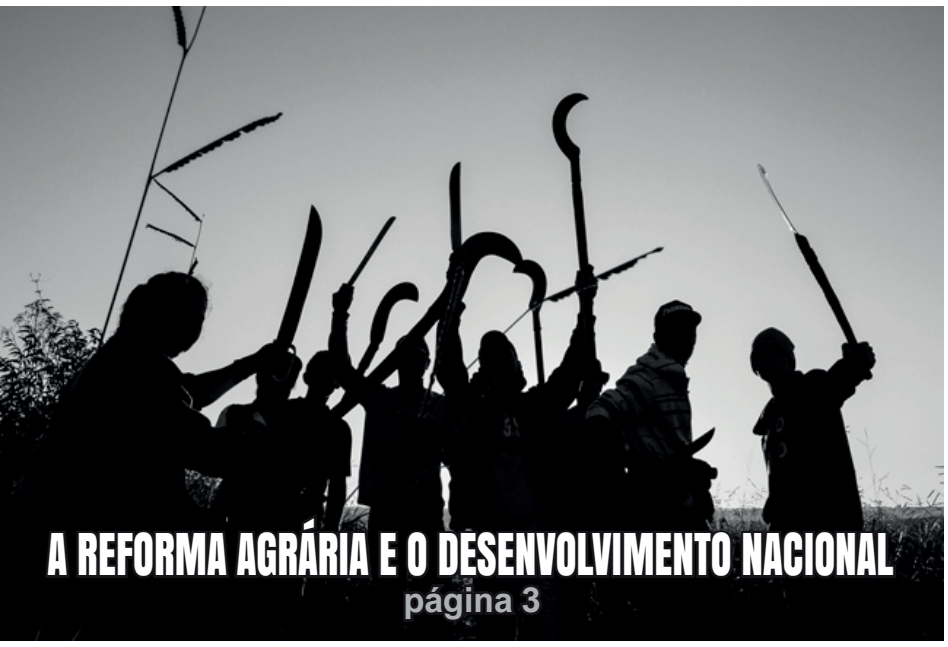
SAIBA MAIS SOBRE A CAMPANHA NA PÁG. 8

O PROGRAMA PARA UM BRASIL INDEPENDENTE, SOBERANO E DIGNO

Leia o editorial na página 2

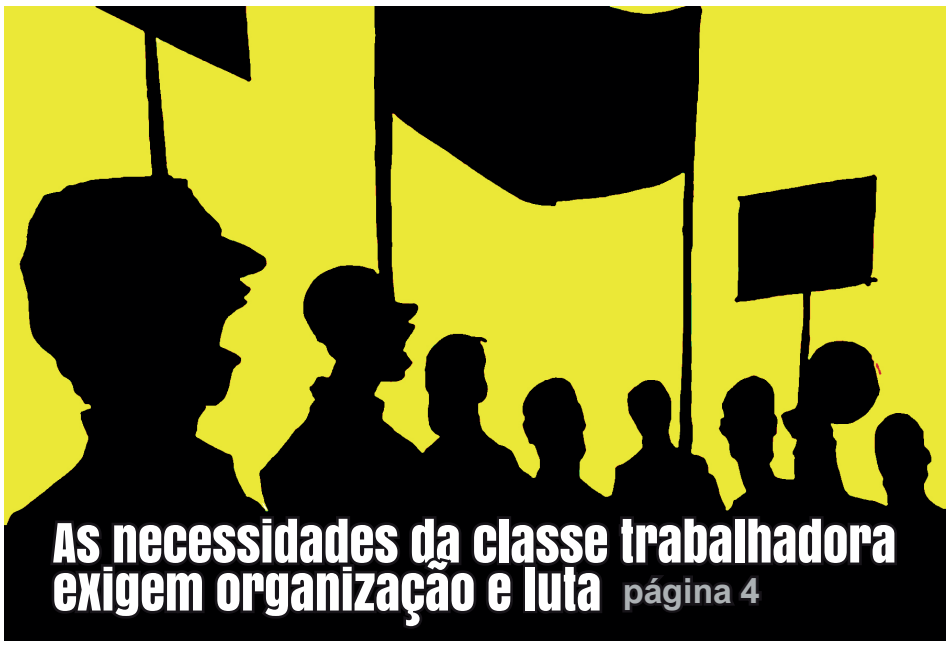
A necessária luta dos revolucionários brasileiros contra o imperialismo dos EUA

página 5



A REFORMA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

página 3



As necessidades da classe trabalhadora exigem organização e luta

página 4

A única saída é rebelar-se

JUVENTUDE página 6

Dos Direitos Formais aos Direitos Iguais

MULHERES página 7

As edições anteriores do Rumos da Luta podem ser lidas, em PDF, na página criada pelo NOVACULTURA.info para a divulgação do jornal: www.novacultura.info/jornal

O PROGRAMA PARA UM BRASIL INDEPENDENTE, SOBERANO E DIGNO

Um Brasil independente, soberano e digno, deve ser um país onde haja:

1) Trabalho decente para todos os brasileiros em condições de trabalhar e assistência para aqueles que não o possam. Criação de uma indústria nacional para o desenvolvimento da economia brasileira e nacionalização de todos os setores estratégicos.

2) Educação pública em todos os níveis, oferecida por um sistema único e público, que produza conhecimento direcionado aos interesses do país. Contra o avanço das multinacionais monopolistas do setor.

3) Saúde pública, com um SUS que seja de fato único, público e que ofereça atendimento satisfatório.

4) Acesso aos bens culturais para todos, com o desenvolvimento de uma cultura genuinamente nacional.

5) Combate à discriminação e aos preconceitos de toda ordem. Garantir os direitos das mulheres, negros, LGBT e demais camadas historicamente discriminadas.

6) Contra o latifúndio e defesa dos direitos dos quilombolas e indígenas.

7) Reforma Urbana: Moradia digna, acesso ao lazer e a prática esportiva para todos.

Essas são as medidas fundamentais de um programa de reformas estruturais tendentes a socializar as riquezas socialmente produzidas no país, que deverão ser colocadas em prática por um governo revolucionário e patriótico, que deve ser conquistado e sustentado pelo proletariado e as camadas médias empobrecidas e também por todas as pessoas que desejam um país do qual todos possamos nos orgulhar.

O programa acima delineado implica a conquista do poder pelo proletariado e seus aliados, com o início da transição ao socialismo. Toda a história da luta de classes tem demonstrado que o proletariado só consegue melhorar suas condições de vida significativamente quando é capaz de lutar pela revolução e pelo socialismo. As reformas eventualmente alcançadas são a consequência da luta revolucionária pelo poder. Nos países em que as organizações proletárias abandonam a luta pelo socialismo, não se avança um passo em direção das reformas progressistas.

É necessário assim o combate ao rebaixamento programático que está em curso há décadas no Brasil e que é promovido pelo PT e demais partidos da esquerda da ordem, como é o caso do PC do B e do PSOL.

O amesquinhamento do programa foi a um nível tão baixo, que Bolsonaro foi capaz de propor medidas que elevariam em 100% o valor médio do Bolsa-família e aumentaria consideravelmente o número de famílias beneficiadas, que passariam de 13 para 20 milhões, se a proposta dele tivesse sido aprovada. Isso foi possível porque tais propostas de políticas compensatórias passaram a ser o carro-chefe dos programas da esquerda da ordem. Trata-se de um reformismo sem reformas, de um "melhorismo" cada vez mais anêmico, que pode ser apresentado por qualquer partido de direita, como o que se passa entre nós mostra para todos os que tem olhos para ver.

No jogo de compadres que se desenrola no presente momento, assistimos a direita e a esquerda da ordem fazendo de conta que brigam. Ameaças de golpe sem fundamento, exageros de parte a parte, com a imprensa burguesa cumprindo seu papel de atrair a atenção das massas trabalhadoras para os factoides da pequena política. Enquanto isso, as medidas anti-povo vão sendo aprovadas por governos e parlamentos e em consequência disso, o desemprego aumenta, a miséria se aprofunda.

Não faltou disposição para lutar em diversas categorias profissionais, mas faltou disposição para unificar essas lutas por parte das centrais sindicais dirigidas pela esquerda ordem. A pandemia vem sendo usada como desculpa, mas mesmo antes dela, as diversas centrais sindicais existentes no Brasil não demonstravam interesse em promover lutas que impedissem a regressão social. O motivo para isso é cada vez mais claro. Não podem fazer como sindicalistas algo diferente ao que pretendem fazer quando estiverem no governo. Do contrário, não poderiam ser úteis à burguesia, classe da qual são fiéis servidores.

Por essas razões, parte fundamental do programa político a ser desenvolvido pelas organizações revolucionárias e patrióticas da sociedade brasileira é a reconstrução do partido revolucionário do proletariado e ao mesmo tempo, de organizações classistas e revolucionárias a partir dos locais de trabalho, estudo e moradia.

Essa é a tarefa fundamental do momento em que vivemos e da qual não poderemos nos furtar, se quisermos ser consequentes com nossos objetivos.

Temos nos esforçado e devemos continuar nos esforçando nessa direção, pois às novas tarefas que se colocarão, certamente, se apresentarão novas forças, da juventude proletária brasileira e dos demais setores da população que não se renderam e não se fizeram reféns da polarização política presente no país, que só interessa para as classes privilegiadas e reacionárias.

Por essa razão é que essa edição de Rumos da Luta é consagrada especialmente à questão do programa. Os artigos a seguir buscam estimular o debate programático entre os brasileiros e brasileiras que estão dispostos a resistir à regressão social que nos é imposta tanto pela direita quanto pela esquerda que se apresenta como mal menor à cada eleição, mas que, uma vez nos governos, representa um mal tão grande quanto o representado por seus supostos opositores.

rumos da luta
um jornal a serviço da classe operária e camponesa

APOIE O JORNAL RUMOS DA LUTA!

Para viabilizar os custos do nosso jornal, desenvolvemos um processo de assinaturas únicas de apoio, no valor de R$ 100 (cem reais), com a qual você passa a receber mensalmente em sua casa um exemplar e assim também contribui com o desenvolvimento da nossa publicação.

Se você tiver interesse em assinar e nos apoiar, envie um e-mail para rumosdaluta@gmail.com ou pelo site www.novacultura.info/jornal

A Reforma agrária e o desenvolvimento nacional

A questão acompanha a história do Brasil. Os problemas que envolvem a necessidade de reforma agrária determinam, em grande parte, nosso atraso enquanto nação que ainda se encontra como uma semicolônia oprimida pelo imperialismo, sobretudo estadunidense. A luta por uma segunda e definitiva independência, certamente, passará pela destruição do monopólio da terra e por um processo profundo de reforma agrária que possibilite superar os entraves que derivam deste contexto atrasado de produção no campo.

Os problemas que envolvem a questão agrária são amplos e merecem atenção dos povos em luta em todo mundo que ainda estão na condição de colônia ou semicolônia, uma dimensão desta questão é a América Latina, onde nos situamos, que, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), quase a metade do campesinato latino-americano vive em condição de extrema pobreza, sendo que a maior parte destas pessoas recorrem à agricultura de subsistência como meio de permanecerem vivos.

Em meados de 2019, o Brasil tinha cerca de pessoas 11,8 milhões em situação de extrema pobreza na zona rural. Ironicamente, no ano seguinte, o agronegócio foi o único setor da produção brasileira que cresceu e ampliou sua importância na participação do PIB brasileiro e, ainda, indicando possibilidade de números ainda mais favoráveis em 2021. Setor esse que se aproveitou da subserviência do Estado brasileiro aos interesses estrangeiros e do estrangulamento cambial com a desvalorização do real para ganhar muito dinheiro vendendo sua produção em dólares para o comércio internacional, o que implicou, em alguma medida, no aumento dos preços de gênero alimentício e até em desabastecimento do mercado interno, encarecendo ainda mais a vida dos trabalhadores e trabalhadoras deste país. O cenário que deriva disso não poderia ser outro: segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), 19 milhões de brasileiros e brasileiras passaram fome em 2020.

No entanto, na gestão do corrupto Bolsonaro, o compromisso firmado não foi com os interesses dos povos que vivem no campo brasileiro e, tampouco, com os interesses de soberania nacional como bem aponta o jornal online Brasil de Fato: “Nenhum latifúndio foi desapropriado durante a gestão de Jair Bolsonaro (sem partido), que paralisou a tramitação de 513 processos em andamento e abandonou mais de 187 processos autorizados pela Justiça para imissão de posse”. E, segundo a mesma fonte, da lista de territórios que tiveram famílias entrando ou permanecendo como homologadas, de acordo com os 1.133 projetos de homologação, somente 2 são de responsabilidade do governo federal.

Enquanto isso a Comissão Pastoral da Terra registrou 2.054 conflitos ligados a questão da terra e 18 assassinatos de pessoas ligadas a luta pela terra e pela territorialidade no Brasil em 2020.

Evidentemente, o poder no campo se concentra nas mãos das agroindústrias do agronegócio e dos velhos latifundiários oligarcas, que se confundem entre si nessa “nova” configuração agrária brasileira. Dado o nível de escoamento e insumos na produção rural, alguns desavisados continuarão a questionar a validade da reforma agrária neste contexto, já que, aparentemente, a reforma agrária se reduz a distribuição das terras concentradas nas mãos de poucos entre o campesinato brasileiro. No entanto, é fundamental para eliminação dessa hegemonia latifundiária no campo a transformação do padrão de distribuição de terras. Isso porque, fundamentalmente, a concentração da propriedade da terra tem caráter estrutural para dominação das oligarquias ruralistas. Esta absurda concentração da propriedade da terra que determina uma imensa maior parte da população rural não ter condições de sobrevivência fora da dominação dos senhores da terra.

Nesse sentido, as formas como se dão as relações de produção no campo e para quais fins, determinam os rumos do desenvolvimento nacional. A produção agrícola que não se relaciona com os interesses nacionais e as necessidades do povo, tampouco, terão condições de defender o direito de desenvolvimento soberano frente às tentativas de dominação imperialista. A questão não se limita, exatamente, a capacidade produtiva, mas sua finalidade e seu papel no desenvolvimento nacional e no atendimento das demandas populares.

Este contexto entravou e entrava o desenvolvimento das forças produtivas no campo, bem como destina o campesinato brasileiro a uma situação de miséria e dependência econômica. Para que esse entrave desapareça é fundamental destruir com a base da dominação das oligarquias rurais: a concentração da propriedade da terra. Ou seja, somente a partir da distribuição das terras para quem nela trabalha é que superaremos os limites que enfrentamos para desenvolver nossas forças produtivas para o atendimento das necessidades do povo e para garantir nossa soberania nacional.

A reforma agrária, em resumo, é fundamental para transformarmos nossa realidade nacional, para desenvolver uma indústria compromissada com os interesses nacionais, de nossos povos e da classe trabalhadora, para usufruir da riqueza produzida para constante melhora da vida do proletariado e do campesinato e etc. Por isso, a campanha Brasil: pela segunda e definitiva independência defende e defenderá enquanto for necessária uma reforma agrária para o campesinato pobre e médio. Contra o latifúndio e defesa dos direitos dos quilombolas e indígenas.

AS NECESSIDADES DA CLASSE TRABALHADORA EXIGEM ORGANIZAÇÃO E LUTA

Segundo o site Ticket Log, o valor médio do litro da gasolina no Brasil é de R$ 6,015, a Agência Nacional do Petróleo apurou que o litro do combustível chegou a custar, na semana de 15 a 21 de agosto o absurdo valor de R$ 7,36 no Acre, já o preço médio do óleo diesel atingiu o mais alto patamar deste ano, chegando ao valor de R$ 4,775.

Os alimentos que compõem a base da nossa alimentação, o arroz e o feijão, apresentam preços proibitivos para uma parte considerável das famílias dos trabalhadores brasileiros, o pacote de 5 kg de arroz pode custar mais de R$ 32, já o quilo do feijão pode custar mais de R$ 7.

A mídia burguesa recentemente noticiou com alarido o fato de que trabalhadores fizeram fila para comprarem ossos de boi, nunca foi fácil para os trabalhadores comerem carne, agora já não é fácil roer o osso!

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas o Índice Geral de Preço Mercado (IGP-M), principal índice aplicado no reajuste dos aluguéis, registrou, no mês de julho de 2021, alta de 0,78%, acumulando uma alta de 33,83% apenas em 2021. Não por acaso as ruas e praças das cidades brasileiras passaram a ser ocupadas por barracas e barracos, famílias inteiras dos nossos compatriotas foram obrigadas a morarem nas ruas.

Nos fundões das cidades, nos bairros dos trabalhadores, nossos camaradas vivem em meio à luta entre o tráfico e a polícia, faces da mesma moeda, nessa guerra nossos jovens são as vítimas.

A pandemia de COVID-19 evidenciou aquilo que, na prática, todos nós já sabíamos: apesar da bravura dos trabalhadores da saúde, os brasileiros e brasileiras estão sujeitos a um sistema público de saúde que, sucateado pela pressão do sistema privado, não foi (assim como nunca havia sido) capaz de atender as nossas necessidades. Assim, muitos dos nossos compatriotas morreram sufocados nas macas dos hospitais espalhados pelo Brasil, bem como outros milhares sofrerão com as sequelas da doença por toda a vida.

Os sistemas públicos de educação foram forçados, durante a pandemia, a fechar e a mandar nossas crianças, jovens e adultos para o ensino remoto. Segundo a UNICEF, o fundo de emergência da ONU para a infância, em 2020 cerca de 1,5 milhão de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos não frequentaram as escolas nem presencialmente, nem remotamente, outros 3,7 milhões de estudantes, apesar de matriculados, ficaram sem acesso às atividades escolares.

São necessidades básicas dos trabalhadores comer, morar e ter acesso decente à educação e saúde de qualidade.

A realidade nos mostra que estamos longe de termos nossas necessidades básicas atendidas em um sistema que nos força a lutarmos entre nós pelas migalhas que nos são permitidas. Vivemos entre os que nos querem lutando por migalhas e os que não nos querem permitir nem as migalhas.

Se aproxima o 7 de setembro, dia do aniversário do que fomos ensinados a chamar de independência nacional, devemos nos questionar se somos de fato independentes e o que isso significaria para nós.

No editorial desta edição anunciamos o que deve ser o programa para um Brasil Independente, soberano e digno, mas como alcançarmos esse Brasil?

Estudo do DIEESE nos mostra que em 2020 ocorreram 649 greves no Brasil, destas 417 foram promovidas pelos trabalhadores da iniciativa privada e 231 pelos trabalhadores da esfera pública, alguns pontos deste estudo chamam a atenção, dentre eles: O número de greves no setor privado foi muito maior que no setor público; 89% das greves tiveram um caráter defensivo, ou seja, foram movimentos que ocorreram na tentativa dos trabalhadores de manterem seus direitos, não pleiteavam novas conquistas, mas tão somente manterem o que já havia sido conquistado; 40% das greves ocorreram em função de reivindicações para recebimento de vencimentos (pagamento, férias e 13º salário) em atraso, ou seja, quase metade das greves tinham como objetivo central o recebimento dos vencimentos salarias (salário) e seus derivados (férias e 13º salário), ou seja, o mínimo que o trabalhador pode esperar após o seu trabalho: pagamento.

Outro dado importante é que das 649 greves, apenas 239, ou 37%, continham dados sobre os meios adotados para a resolução dos conflitos, sendo que em 88% dos casos o meio adotado foi a resolução direta ou mediada e em 29% houve intervenção do judiciário.

Novamente anunciamos no editorial desta edição que os compromissos das organizações que dizem defender os interesses dos trabalhadores não estão interligados com os reais interesses daqueles.

Como escrito em nosso editorial: “Não podem fazer como sindicalistas algo diferente ao que pretendem fazer quando estiverem no governo. Do contrário, não poderiam ser úteis à burguesia, classe da qual são fiéis servidores”.

Em nossa edição anterior denunciamos que os partidos da esquerda da ordem, em especial o PT, o PSOL e o PCdoB, mas não somente eles, empurram as urgentes necessidades de organização dos trabalhadores para debaixo do tapete em nome das eleições presidenciais de 2022, com isso freiam o potencial de enfrentamento que os trabalhadores poderiam desenvolver e ainda mentem para a classe ao afirmar que nossos problemas serão resolvidos nas eleições burguesas.

Estes nossos “amigos” são ou não são aliados dos que nos oprimem?

Se queremos resistir aos ataques que sofremos da burguesia e dos seus aliados, inclusive os da esquerda da ordem, precisamos trabalhar pela reorganização do partido revolucionário do proletariado, precisamos buscar entre nossos camaradas a força para retomarmos uma pauta de luta que não seja rebaixada pelas miseras migalhas ou pela falta delas.

Nós não temos nada a perder que não sejam nossas correntes. Não podemos esperar pelas eleições burguesas e pelos partidos que as defendem, nossa organização é outra, assim como outras são nossas necessidades e são muito maiores do que nos querem fazer crer. Nesse 7 de setembro devemos lembrar que somos mais do que as migalhas e que precisamos lutar por nossa independência. Não conquistaremos nada sem lutarmos, não conseguiremos lutar sem nos organizarmos.

Vamos falar a respeito?

Trabalho igual com salário igual! Redução de jornada sem redução de salário! Por um sistema único de ensino! Por um SUS público, gratuito e de qualidade! Pelo direito à vida e pela vida com direitos!

A necessária luta dos revolucionários brasileiros contra o imperialismo dos EUA

Recentemente vimos as imagens de militares norte-americanos saindo às pressas do Afeganistão, depois de 20 anos passados da invasão criminosa ocorrida em 2001, sob a justificativa da "Guerra ao Terror", mais uma das mentiras usadas pelos EUA para defender seus interesses e oprimir os povos do mundo.

Independentemente da avaliação que se possa ter do Talibã, um grupo de ideologia reacionária, o fato é que este ao lado de outros agrupamentos do povo afegão conseguiu, depois de 20 anos sofrendo com a repressão dos exércitos invasores, o aumento do tráfico de drogas, a corrupção do governo fantoche e as condições miseráveis de vida, vencer e expulsar os EUA do seu país. O que mais uma vez demonstra, como inúmeros casos no passado, que é possível derrotar o imperialismo, apesar da sua força, e que no final das contas, não passa de um tigre de papel, como dizia Mao Tsé-tung.

Como já falamos em edições anteriores do jornal, quando da eleição de Joe Biden sobre Donald Trump, apesar das ilusões generalizadas, inclusive da nossa esquerda, de que algo podia mudar, a realidade logo demonstrou que o caráter agressivo do imperialismo estadunidense independe da figura presidencial e que avança ainda mais contra os povos em época de crise do capitalismo.

O recente exemplo de Cuba, com o aumento da pressão sobre o primeiro país socialista da América Latina, as medidas cada vez mais criminosas para ampliar o bloqueio econômico e destruir seu povo, além da tentativa frustrada de iniciar uma "Revolução Colorida" com protestos que foram logo suprimidos diante do apoio popular ao Partido Comunista, é mais uma amostra da agressividade cada vez maior do imperialismo contra os povos latino-americanos. O caso da Venezuela não é diferente, e o país bolivariano segue como um alvo preferencial dos Estados Unidos.

Mas poderíamos perguntar, como o Brasil se encaixa nisso?

Em julho, William J. Burns, diretor da CIA, agência de inteligência dos EUA, fez uma visita não oficial ao governo, com encontros com o presidente Jair Bolsonaro, além dos militares Luiz Eduardo Ramos (então ministro da Casa Civil) e Augusto Heleno (chefe da Segurança Institucional).

O próprio presidente acabou assumindo o conteúdo das conversas, sobre o suposto do interesse do Brasil na situação da América Latina, não somente de Venezuela e Cuba, como a retórica bolsonarista já ladra, mas também sobre Argentina, Chile e Bolívia.

Como vemos, apesar da insistência de Bolsonaro em fazer apologia de Trump nas eleições norte-americanas, até mesmo fazendo coro às supostas fraudes (tal qual o faz aqui), ele está preparado para cumprir o papel de fantoche dos EUA, como lhe cabe, assim como os generais o fazem há algumas décadas.

Além disso, os EUA têm a intenção de enfraquecer a influência da China em nosso país e, em especial, vetar a participação da empresa Huawei, a principal do mundo neste segmento, no mercado 5G no país.

E para tal, o imperialismo ianque mais uma vez acena com um osso aos cães: em agosto, o Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan, ofereceu apoio para que o Brasil se torne um sócio global da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), a aliança militar que faz o serviço sujo ao imperialismo nas agressões contra outros povos.

À exemplo do que foi feito com a Colômbia, país que se tornou a ponta de lança dos interesses norte-americanos na América do Sul, que recebeu promessas como esta, e hoje vive em uma situação de caos social, com inúmeros líderes sindicais e camponeses assassinados e protestos em massa que já duram meses.

E não podemos deixar de citar todos as leis que estão sendo aprovadas a toque de caixa no Congresso Nacional, que garantirão a privatização da Eletrobras, dos Correios e outras estatais, que a exemplo da Petrobras, serão entregues a preço de banana para grupos estrangeiros, que pagarão com recursos do dinheiro público brasileiro, via BNDES, em um negócio extremamente lucrativo ao imperialismo. Além das reformas, como a trabalhista e a administrativa, que aumentarão a falta de direitos e facilitarão ainda mais a obtenção de superlucros das empresas estrangeiras com a exploração cada mais vez maior dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Some-se a isso ainda as diversas medidas contra os povos indígenas e quilombolas, que visam entregar as suas terras à exploração das riquezas minerais e outros recursos brasileiros, entregues de bandeja aos grandes grupos monopolistas estrangeiros.

Por isso, neste cenário que apesar do problema da dominação imperialista no Brasil nem sempre ser tão aparente no nosso cotidiano, é preciso que fiquemos atentos ao papel que nosso país passou a cumprir na América Latina, de um fantoche dos EUA, enquanto suas riquezas são roubadas e seu povo superexplorado. Não à toa, Bolsonaro, típico político que lambe as botas do seu amo estrangeiro, chegou a bater continência à bandeira estadunidense e mudar seu bordão para "Brasil e Estados Unidos acima de tudo".

Portanto, não devemos perder de vista nem por um minuto qual é o nosso inimigo e os traidores que os servem em nosso país. O governo dos EUA seguem sendo o principal inimigo da humanidade.

A única saída é rebelar-se

Como afirmamos em nossa edição #00, "a juventude das classes trabalhadoras nunca teve uma vida fácil no Brasil. Sempre enfrentaram os maiores desafios para superar as dificuldades que implicam começar a construir do zero uma vida digna, sem heranças patrimoniais e, na maioria das vezes, em condições extremamente desvantajosas. Enquanto a sociedade brasileira tem sido incapaz de oferecer uma perspectiva de futuro para esse segmento da população, a necessidade material a empurra constantemente para uma luta muitas vezes desesperada pela sobrevivência".

E mais uma vez os jovens brasileiros e brasileiros não são capazes de vislumbrar um futuro minimamente animador, diante da crise geral que mais uma vez foi afundado o nosso país. Sem oportunidade de estudo, tampouco de emprego, milhares de jovens não conseguem ver uma luz no final do túnel.

A pesquisa mais recente do IBGE indica que o Brasil tem 14,8 milhões de desempregados, dos quais os jovens são os mais afetados. Na faixa etária de 14 a 17 anos, 46% estão em busca de trabalho, enquanto na faixa de 18 a 24 anos, o desemprego afeta 31% das pessoas. Caso consideremos que os dados não dão a dimensão real do problema, podemos concluir que a tragédia do desemprego assola ainda mais a juventude brasileira do que aparenta os números.

A pandemia do novo coronavírus contribuiu ainda mais para engrossar a chamada "geração nem-nem" composta por jovens que não trabalham e não estudam. O cenário que já era ruim, viu as possibilidades de estudo se esgotarem e os poucos empregos precarizados disponíveis diminuírem ainda mais devido ao fechamento de estabelecimentos e o agravamento da crise econômica.

E em meio a tudo isso, a juventude ainda teve que ver o governo Bolsonaro e o Congresso fazer mais um ataque ao seu futuro, ao aprovar mais uma reforma trabalhista para retirada de direitos. O tal "Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário" dedicado aos jovens com idade entre 18 e 29 anos, é oferecido aos desempregados para que sejam superexplorados por 18 meses, sem que recebam salário, férias, décimo terceiro e FGTS.

O objetivo fica claro, aumentar o exército industrial de reserva, essa massa gigantesca de desempregados, para justificar o discurso ideológico da necessidade de reformas e empurrar os salários para baixo e retirar todos os direitos. Desta forma, condena-se mais uma geração inteira, que sem acesso ao estudo e ao trabalho, vai se refugiar nas drogas ou partir para a criminalidade, tornando-se presas fáceis da polícia e do sistema de "justiça" do Estado.

Não podemos mais nos enganar com promessas eleitorais ou prováveis ofertas de políticas públicas que muito pouco contribuem para a resolução dos grandes problemas enfrentados pela juventude. O fato é que nenhum dos governos que passaram por Brasília nas últimas décadas foram capazes, com ou sem boa vontade, de resolver os problemas estruturais da nossa sociedade.

O nosso inimigo fica cada vez mais claro: o capitalismo, que em um país como o Brasil, empurra milhões de jovens homens e mulheres para condições impossíveis de existência. Como demonstra a história, a juventude cumpre um papel primordial na superação desse estado de coisas e a luta pelo caminho socialista. Devemos aprender com a História e mobilizar a juventude brasileira para o estudo e para a ação, para reacender o potencial revolucionário presente em nossos jovens nas cidades e nos campos.

Mesmo nas condições difíceis da realidade brasileira, não faltam os exemplos da disposição de homens e mulheres para a rebelião contra as injustiças do Estado Brasileiro nos últimos anos: a ocupação dos estudantes secundaristas contra o fechamento de escolas que se espalharam por todo o país; as greves estudantis das Universidades Federais, as mobilizações contra os cortes no orçamento da Educação, a participação ativa de jovens camponeses e camponesas na luta pela terra por todo o território brasileiro; as manifestações contra o racismo e a luta contra o genocídio da juventude pobre e negra; a luta de coletivos culturais e saraus nas periferias; a paralisação dos jovens trabalhadores brasileiros que tem que se submeter a ser entregadores de aplicativos, etc.

O que é necessário é que abandonemos nossas ilusões sobre saídas mais tranquilas para a encruzilhada que nos encontramos. Por isso é fundamental a difusão do marxismo-leninismo entre os jovens brasileiros, para que possam assimilar essa ferramenta para atuar pela transformação do nosso país. Somente assim, poderemos avançar, fundamentados pela teoria revolucionária, com a nossa juventude à frente. Assim poderemos confirmar diante da realidade brasileira mais uma vez a validade da velha máxima: "Rebelar-se é justo!"

Viva Manoel da Conceição e a luta camponesa!

No dia 18 de agosto, faleceu aos 86 anos, Manoel da Conceição Santos. Ele estava internado há quatro semanas no hospital macrorregional de Imperatriz, Maranhão. Um dos mais importantes organizadores da luta camponesa no Brasil nos anos 60, Conceição fundou e presidiu o sindicato de trabalhadores rurais no vale do Pindaré, entre outras tantas iniciativas, como o CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rual. Perseguido pelo regime militar após o golpe de 64, Conceição teve uma perna baleada, que gangrenou devido a falta de socorro médico e teve que ser amputada. Preso outras vezes e torturado, Conceição se refugiou em Genebra, com apoio de entidades internacionais e das organizações políticas. Voltando ao Brasil em 1979, Conceição se engajou na construção do PT e da CUT, permanecendo nos quadros deste partido até sua morte. Registramos nossa homenagem ao dirigente, que se negou a silenciar sobre as atrocidades que sofreu durante o governo Sarney, no Maranhão, afirmando: "Minha perna é minha classe". Manoel da Conceição, presente!

DOS DIREITOS FORMAIS AOS DIREITOS IGUAIS

O início da participação da força de trabalho das mulheres no período de industrialização na sociedade capitalista é marcado por desigualdades salariais, o trabalho feminino era considerado circunstancial e complementar. Imbuídos da ideologia burguesa e seus aspectos mais reacionários, os homens não se opunham a que as mulheres trabalhassem, mas sim a que ganhassem salários.

Um marco histórico para a igualdade de direitos entre as mulheres e os homens foi a Revolução Russa de 1917 iniciada e moldada pelas mulheres. Elas foram parte integrante do movimento de 1917, ativas lado a lado com os homens, corajosas participando do momento histórico mais transformador para a vida. O jornal bolchevique Rabotnitsa (A mulher trabalhadora), publicado pela primeira vez em 1914 e relançado em 1917, trazia a importância de creches, berçários e legislação protetiva para o trabalho delas. Isso trouxe a necessidade de a igualdade ser assumida por todos os trabalhadores. Seis semanas após a Revolução de Outubro, o Comitê Central do Soviete (VTsIK), o mais alto órgão legislativo, ratificou um Código completo do Casamento, da Família e da Tutela. O casamento foi substituído pelo registro civil e o divórcio tornou-se disponível a pedido de qualquer uma das partes. Tornou as mulheres iguais perante a lei, tinham direito ao seu próprio dinheiro e nenhum dos parceiros tinha direito sobre os bens do outro.

Logo, percebe-se que a URSS serve como exemplo para os dias atuais de como as "questões femininas" são de todos, que a participação de homens e mulheres de forma igualitária não deve ser só perante a lei, mas no cotidiano.

Um outro exemplo é Cuba. Desde a Revolução de 1959, as cubanas tiveram melhorias em suas vidas. Elas passaram a trabalhar mais fora de casa e foram criadas creches (chamadas de Círculos Infantis), para que as mães pudessem trabalhar. Também foram incentivadas a serem donas dos seus negócios locais e ter uma participação política, praticamente inexistentes antes.

Cuba ocupa o 23º lugar no ranking global de desigualdade de gênero organizado pelo Fórum Econômico Mundial, o que é um feito considerável para um país latino-americano. O Brasil ocupa a 95ª posição. O índice mede o oferecimento de oportunidades a mulheres na economia, na política e na educação e a participação feminina nessas instâncias, bem como a saúde e a expectativa de vida. Mais da metade do parlamento cubano hoje é composto por mulheres (53,22%), 48,4% dos integrantes do Conselho de Estado e ocupam um terço dos cargos de direção.

Trazendo essas informações para o Brasil, podemos logo perceber como a realidade é outra, políticas públicas para auxiliar as mulheres trabalhadoras não são garantidas para todas e os serviços domésticos ou cuidados aos filhos, normalmente são tarefas delas o que dificulta sua participação por exemplo na vida política do país.

Em recente pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, as mulheres ganham 77,7% do salário dos homens. Para cargos como gerentes e diretores, a diferença salarial entre homens e mulheres é ainda maior. Esta maior desigualdade de remuneração está na região Sudeste. Apesar da disparidade, as mulheres tem maior porcentagem de Ensino Superior completo, e apenas 34,7% dos cargos gerenciais do país são ocupados pelo sexo feminino. Se por um lado, as mulheres são mais escolarizadas, por outro, têm menor inserção no mercado de trabalho e na vida pública, permanecendo em situação de vulnerabilidade. Além da disparidade em relação ao gênero, a pesquisa aponta a desigualdade racial, tendo em vista que as mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade tem o menor nível de ocupação, de 49,7%.

Nem mesmo no serviço público onde as vagas são disputadas de forma igualitária o salário é igual. As mulheres recebem cerca de 25% menos que os homens. E isso indica que as mudanças necessárias para a igualdade precisam vir de uma mudança radical do país, como observado na Rússia e Cuba. Infelizmente não só as mulheres, mas a classe trabalhadora brasileira tem sofrido grandes retrocessos no que diz respeito a direitos. A reforma trabalhista no Brasil abriu as portas para maiores e mais elaborados esquemas de exploração do trabalho, a jornada intermitente e a flexibilização no formato de contratação criaram as condições perfeitas para o aumento da exploração dos trabalhadores.

Trabalhadores e trabalhadoras têm sido expostos a jornadas diversificadas em seus contratos, os deixando nas mãos dos patrões que os contratam para jornadas diárias de 5 horas, permanecendo os trabalhadores, fixados aos seus postos de trabalho por muito mais do que as antigas 8 horas.

Neste momento em Campinas São Paulo temos a greve dos trabalhadores da MRV do bilionário brasileiro Menin, após um mês de greve este cortou os salários e não negocia a pauta de reivindicação da categoria que são: falta de epi, papel higiênico e muitas das mulheres ganham menos que os homens, a MRV é acusada até mesmo de ter trabalho análogo à escravidão. A MRV financiou o esporte e em uma carta aberta às atletas olímpicas elas denunciam que são na sua maioria trabalhadoras negras e nordestinas e que necessitam de ajuda delas para que a empresa negocie a pauta para que possam continuar sustentando suas famílias.

Legislações existem, porém, na prática não se concretiza, o princípio básico do capitalismo é a desigualdade e isso não é diferente na relação entre a mulher, o trabalho e o salário. Somente em uma sociedade socialista é possível tirar do papel, garantir que as leis sejam cumpridas no cotidiano.

Lenin já propunha em 1920, que a "a igualdade perante a lei não é, entretanto, igualdade perante a vida. Nós esperamos que a mulher trabalhadora conquiste, não só a igualdade sob a lei, bem como frente a vida, frente ao trabalhador. [...] O proletariado não poderá conseguir emancipar-se completamente se não houver conquistado a liberdade completa para as mulheres.

Diante da exploração capitalista é direito dos trabalhadores, aliás, é dever destes se organizarem e lutarem para derrubar os governos que representam os capitalistas que os exploram.

Por isso, as mulheres na luta para ter suas necessidades atendidas de fato, devem reafirmar o compromisso com a revolução, única forma de superação do capitalismo, com a classe trabalhadora e com uma organização revolucionária do proletariado.

A luta pela segunda e definitiva independência do nosso país

Os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que presenciarão o aniversário dos 200 anos da independência do Brasil em relação a Portugal, têm muito pouco a comemorar, pois nossa nação encontra-se em um dos piores períodos da sua história.

O desemprego, o subemprego, a miséria social atingem dezenas de milhões de pessoas. A consequência se vê nas ruas, nas filas de desempregados, nas Cracolândias, nos famintos a espera de caridade; mas também se esconde em diversos outros problemas, como aumento dos suicídios, sofrimento mental, entre outros.

E isso não vem somente por azar de sermos um país do chamado "Terceiro Mundo" ou por maldade ou incompetência de um ou outro governante da vez. Por detrás de toda a exploração da burguesia e do latifúndio em nosso país está o nosso inimigo principal: o imperialismo estadunidense.

Anteriormente, Portugal e Inglaterra, hoje Estados Unidos; e por toda a parte do nosso imenso território, burgueses, latifundiários, militares, políticos, oportunistas e outros fantoches exploram e oprimem as grandes massas do povo para garantir que a dominação estrangeira persista e se amplie.

Diante deste cenário e suas causas, que são atuais e históricas, é que organizações revolucionárias, dentre elas a União Reconstrução Comunista (URC) e a Célula Comunista de Trabalhadores (CCT), além de alguns militantes em caráter individual, decidiram desenvolver a campanha "Brasil: pela segunda e definitiva independência".

Buscar a compreensão mais profunda da nossa realidade, para agir de forma consequente, de maneira a enfrentar as reformas regressivas que estão ocorrendo, para vincular essa luta imediata com a luta para que as maiorias nacionais, ou seja, o proletariado e seus aliados, tenham uma vida digna em nosso país.

Desde o seu lançamento, em 2019, buscando lançar desde então o debate sobre a necessidade da conquista da nossa verdadeira independência, a Campanha se esforça para desenvolver agitação e propaganda para fustigar as justificativas que se apresentam para defender os sucessivos ataques sofridos pelo povo brasileiro e o entreguismo generalizado de nossas riquezas aos estrangeiros, além de contestar as versões oficiais sobre o processo que levou à proclamação da independência e da república no Brasil, buscando trazer à luz as ideias, os ideais, a contribuição e o combate daqueles que buscaram levantar, em épocas passadas, as aspirações e objetivos dos explorados da terra.

Organizamos grupos de Estudos sobre a formação histórica do Brasil, fizemos atividades presenciais e online, produzimos

documentos, cartilhas e manifestos, realizamos atividades de agitação e propaganda em torno de temas como saúde, educação, apoio a greves, etc., mobilizamos companheiros e companheiras em várias cidades do país, entre outras iniciativas em torno da causa.Os documentos produzidos pela campanha desde o seu lançamento tem reforçado os aspectos fundamentais do cenário político brasileiro, no qual as coalizões políticas que nos tem governado, se dividem hoje entre aqueles que acham que o máximo que o povo trabalhador pode almejar são as políticas compensatórias ou mero incentivo ao consumo e aqueles que acham que nem a isso o povo deve almejar, sobrando somente trabalhar até morrer sem direitos.

Diante disso, em uma luta política que visa tão e somente a disputa eleitoral a cada 2 anos, os partidos apenas defendem propostas e medidas que não atacam as causas fundamentais dos problemas do país.

E a partir de 2020, com a eclosão da pandemia do novo coronavírus, a crise que já avançava a passos largos desde o começo da última década com o governo do PT, passando por Michel Temer e se consolidando com Jair Bolsonaro, atingiu em cheio o nosso país, e como sempre, o preço a ser pago ficou todo nas costas dos brasileiros e brasileiras.

Não bastante as mais de meio milhão de mortes devido a má gestão da saúde pública no país, como denunciamos no início de 2020, no panfleto "A Saúde Pública que temos e a que precisamos", nosso povo ainda teve que sofrer com as consequências da grave crise econômica, que aumentou o desemprego, o avanço da inflação que fez disparar o custo de vida das famílias e ampliou exponencialmente o número de pessoas em condições miseráveis em nosso país.

O cenário também foi oportunamente utilizado pelos inimigos do povo para avançar na entrega das riquezas do país, na privatização das principais empresas públicas, na retirada em massa de direitos trabalhistas, na destruição dos meios culturais e da educação, no ataque aos direitos de indígenas e quilombolas pelas suas terras e na defesa do latifúndio contra os camponeses; enfim, uma agenda antipovo segue sendo aprovada a galope no Congresso Nacional, enquanto as forças políticas de esquerda, que teoricamente deveriam defender o povo, só se preocupam com a eleição de ex-presidente.

Diante desse cenário, em que o governo Bolsonaro sob a tutela dos militares, que por sua vez são velhos lacaios do imperialismo ianque, é preciso discutir e compreender tudo o que está em jogo para a nossa nação. Como já afirmamos anteriormente, "entendemos assim que as forças revolucionárias devem aproveitar esse momento e desenvolver uma ampla campanha, em defesa de um programa social que atenda as necessidades da maioria do povo, centrado nas reformas estruturais até hoje adiadas". E também já colocamos que "tais reformas não serão realizadas sem que haja no Brasil uma nova correlação de forças na sociedade, favorável ao proletariado e demais camadas exploradas. Por isso é necessário vincular a defesa de um programa de reformas estruturais com as lutas de resistência em curso no país. As forças que dirigem majoritariamente as camadas populares no Brasil não tem interesse em mobilizar as massas porque tem receio de perder o controle do processo. A mobilização que promovem é apenas parcial, no limite dos seus interesses eleitorais".

Diante desse cenário, convocamos todos os homens e mulheres patriotas para se somar na construção da campanha Brasil pela Segunda Independência, para que possamos avançar na luta de libertação nacional brasileira para além de interesses eleitorais. Os interessados podem entrar em contato pelo e-mail **campanha.segundaindependencia@gmail.com**

Para a I Jornada da campanha em 2019 foi produzida uma brochura, que além do Documento Base que as organizações assinaram, trouxe também contribuições das organizações ao debate, nas quais os problemas que afetam a maioria da nação são tratados de uma perspectiva ampla. História, Política e Economia se conjugarão com objetivo de proporcionar uma compreensão mais precisa da atual situação do Brasil.

Você pode baixar o PDF da publicação na página do Facebook (*Brasil: pela Segunda e Definitiva Independência*) ou no NOVACULTURA.info na página dedicada à campanha (*www.novacultura.info/campanha*)